

# BIBLIOGRAFIA

## CRÍTICA

REPRESENTATIVE BUREAUCRACY; AN INTERPRETATION OF THE BRITISH CIVIL SERVICE — J. DONALD KINGSLEY — Yellow Springs — Ohio — The Antioch Press — 1944 — 324 págs. 3.50.

(Comentário de JOHN M. GAUS)

Há oitenta anos que o serviço civil britânico vem sendo objeto de interesse e estudo para os estudiosos norte-americanos de ciência política; Jenckes, Eaton, Moses, Lambie, Stout, e agora Kingsley, todos eles nos deram relatos descritivos e analíticos, e todos tão bons que mesmo os mais antigos ainda hoje se nos afiguram de valor. Este último contém uma parte histórica, que não chega a constituir a metade do texto, e uma análise do serviço civil nas vésperas da guerra, com algumas breves referências à experiências de guerra. O seu único objetivo é, conforme o autor o declara no prefácio, o seguinte: "Aventurei-me (nos capítulos históricos) a sustentar uma tese — uma tese da máxima importância para uma interpretação de nossa era — mas a qual julguei necessário documentar pródigoamente. Minha história é, de certo modo, uma polémica; e, em tais circunstâncias, devemos ser mais infatigáveis do que nunca em acumular provas."

Logo após esse trecho, vem um tributo do autor ao seu mestre, professor Laski, que "fêz mais do que fornecer-me informações: trouxe-me a compreensão e um ponto de vista que, desde então, constituiu foco de meu pensamento." Aquêles que tiveram a boa fortuna de serem discípulos do professor Laski apreciarão não só a sua generosidade para com os seus alunos, como também a influência penetradora de seu pensamento. Mas a tese do Sr. Kingsley é exposta e poderosamente defendida com originalidade. Em poucas palavras, ela consiste em que o serviço civil, tal como se desenvolveu na Inglaterra no último século — isto é, até a presente época — tem sido a criação deliberada de um instrumento de uma plutocracia de classe-média.

O presente comentarista tem dificuldade de enquadrar essa tese nalguns aspectos do desenvolvimento social da Grã-Bretanha, e do mundo moderno em geral (tais como, por exemplo, a ânsia evidente daquela classe de atacar ferozmente a burocracia; o fato igualmente importante do sentimento nacional que não respeita as divisões de classe; e o volume substancial de serviços públicos que parecem ser aceitos como complemento necessário a uma sociedade industrial e interdependente); acredita, entretanto, que isso em nada o desabona de afirmar que é importante haver o autor enunciado e defendido tão brilhantemente aquela tese, nem de declarar que o livro é interessante e cheio de cousas boas. Notou inúmeros pontos para os quais este espaço é insuficiente para comentar, isto é, passagens, juízos, observações verdadeiramente provocadoras, e que suscitam importantes considerações — como, por exem-

plo, a influência de Bentham; o desejo de que o autor tivesse explorado mais detalhadamente os trabalhos realizados em Haileybury, as diferentes conclusões dos Hammonds quanto à significação do curso de estudo em Oxford, no começo do século dezenove; a questão da neutralidade do servidor civil; se o Whitleyismo foi uma "concessão" ou um avanço para a participação de responsabilidades, à qual se furtaram muitos diretores de sindicatos; se o recrutamento norte-americano para a educação superior é realmente muito mais "democrático" (e que sentido empresta o autor a esse termo?); se a educação nas ciências físicas e biológicas realmente produzirá, como até agora tem produzido, um administrador em potencial, para outros cargos que não aquêles que se limitam principalmente a problemas de tecnologia; e muitos outros aspectos.

Dizer isso corresponde a indicar quão valioso este livro será para os professores de governo e administração pública comparada, porquanto ele suscita não somente a profunda e vasta questão do cenário político da burocracia, que necessitamos grandemente de estudar, como também apresenta análises penetrantes e competentes de muitos dos mais importantes problemas técnicos de recrutamento (inclusive promoção), educação, administração de pessoal, associações de servidores públicos e suas relações com outras associações profissionais e de ofícios, e de controle parlamentar. O estudo que o autor faz acerca da significação da burocracia na sociedade moderna está em revigorador contraste com alguns estudos correntes feitos por observadores menos informados. Assim: "A influência da burocracia é inevitavelmente grande num Estado industrial." Mas, no tocante a controles, acha que se deve ir além de controle parlamentar e judiciário... "Quanto à participação direta das classes organizadas no processo administrativo", que o autor sugere, teremos de ir mais além do que isso — e explorar de novo, e constantemente, e de modo mais vigoroso e imaginativo, os velhos problemas das instituições e procedimentos legislativos e judiciários — e mesmo os dos controles de partidos. Mas convém examinar as afirmativas de que tem havido demasiada "indiferença dos teóricos políticos para com os fatos administrativos" e de que muita doutrina constitucional se recusa a tomar conhecimento do papel da burocracia.

O capítulo final, intitulado "Visão antecipada do Estado de Planejamento" constitui uma crítica estimulante da experiência do serviço civil britânico na presente guerra. O autor assinala as insuficiências do sistema para os tipos mais novos de responsabilidade, os processos utilizados para recrutar novos servidores, e as lições a serem tiradas de tudo isso. Inclino-me a pensar que a prática britânica de fazer ajustamentos através da manutenção dos métodos e padrões mais antigos e, ao mesmo tempo, de ampliar o acesso aos meios educativos, a fim de permitir o ingresso no serviço público, continuará paralelamente às inovações; mas sobre tudo isso o Sr. Kingsley tem observações interessantes e provocadoras a fazer. O seu livro pode ser proveito-

samente lido juntamente com a obra, recentemente publicada sob o título de "A Inglaterra na década dos 80", de autoria da Sra. Lynd, (\*) a fim de que, mediante rejeição ou aceitação, sejam aprendidas as lições dessas duas obras, conscientemente destinadas a preparar-nos para uma nova sociedade.

## INDICAÇÕES

EMPLOYEE COUNSELING — NATHANIEL CANTOR — Mc-Graw — Hill Book Co., Inc. — Nova York — 1945 — 167 págs. \$ 2.00

(Comentário de DALE L. JOHNSON)

Em 150 páginas concisamente escritas, o autor apresenta o seu conceito de aplicação das técnicas de clínica psicológica sobre empregados industriais. O objetivo, conforme ele próprio o declara, é "trazer uma contribuição ao campo, cada vez mais rapidamente extenso, da orientação do pessoal. O autor não tenta investigar todo o campo das relações industriais, limitando-se, porém, ao tema indicado pelo título — programas de aconselhamento e entrevistas nas indústrias.

A matéria foi distribuída em três partes. A primeira parte, "O Problema", inclui um breve resumo do desenvolvimento histórico dos processos de aconselhamentos, e uma exposição definida dos objetivos e aplicações dos programas de aconselhamento industrial. A segunda parte, "Metodo de se atacar a solução do problema", trata da teoria psicológica fundamental e da função do consultor de empregados — tais como o autor as concebe. Estudos de casos individuais, extraídos da experiência do autor, são utilizados como material ilustrativo. A terceira parte "A Organização", traça o esboço do método de desenvolvimento do programa de aconselhamento e conclui com um estudo das relações do programa de aconselhamento com os empregados e sindicatos, e com os supervisores e administradores. As funções de linha e "staff", tais como existem em diferentes empresas, são mencionadas, porém não descritas em detalhes. Nenhuma decisão no tocante ao que constitui a "correta" organização administrativa é apresentada.

O autor conclui apresentando a tese de que no período do pós-guerra "as companhias progredirão ou se atrasarão, segundo a sua capacidade de reconhecer que o operário é a essência de sua empresa, e de fazer algo a esse respeito para o futuro."

Uma bibliografia seleta de quase setenta publicações, a maioria das quais possui datas recentes de impressão, é oferecida em anexo. Essa lista representa muito mais do que a usual miscelânea de obras pouco afins, lançadas pela generalidade dos autores a fim de acrescentar um toque de erudição. Essa bibliografia apresenta pontos de vista que ora divergem, ora se aproximam dos conceitos emitidos pelo autor. Como material de pesquisa para aqueles que se inte-

ressam pelos problemas das relações de pessoal e do desenvolvimento industrial essa lista é assaz recomendável.

De modo geral, o autor fez um trabalho primoroso ao apresentar o seu ponto de vista. Em alguns trechos, talvez não fôsse imprópria uma elaboração mais detalhada; tem-se, porém, a impressão de que o autor "acepilhou e bruniu" deliberadamente o seu livro de sorte que homens ativos e ocupados pudessem lê-lo atentamente ao invés de fazê-lo uma leitura superficial.

Muitos psicólogos farão objeções ao capítulo sobre "A Psicologia de Ajustamento". Conforme se acha apresentado, todo o programa de aconselhamento parece centralizar-se numa resolução do "conflito da censura com a vontade". Outros métodos, tais como a simples catarse emocional, conceitos de imaturidade do adulto, e "humanização" das relações entre a administração e os empregados, não foram levados muito em conta. E' certo que os pontos de vista do autor são filosófica e psicologicamente corretos, contanto que o leitor pertença à mesma escola de pensamento. E' também certo que outros métodos corretos e lógicos para solucionar os problemas de aconselhamento do pessoal deixaram de merecer o devido apêço.

Este livro é, em suma, uma valiosa contribuição para a literatura referente às relações de pessoal. Foi escrito para aqueles que já fizeram, ou irão fazer, outros estudos nesse setor. Por ser oportuno, conciso, e agradável de se lêr, é recomendável aos que desejam pôr-se a par dos desenvolvimentos operados na administração do pessoal nas indústrias, e, em particular, na técnica de aconselhamento do pessoal.

ADMINISTRATIVE MANAGEMENT IN THE ARMY SERVICE FORCES — Publicação n.º 90 — *Public Administration Service* — Chicago — 1944 — 62 págs. — \$ 1.00

(Comentário de HARVEY WALKER)

O Serviço de Administração Pública reimprimiu a série de artigos sobre *Gerência Administrativa na Army Service Forces* (A.S.F.), que apareceram na *Public Administration Review*, outono, 1944, enfileirando-os nesta publicação n.º 90. A coletânea inclui: um breve ensaio sobre "Gerência", pelo Tenente General Brehon Somervell, Comandante da *Army Service Forces*; um relato sobre "Contrôle administrativo na A.S.F.", pelo Major General C.F. Robinson, Diretor da Divisão de Contrôle da A.S.F.; uma descrição das modificações que ocorreram na "Estrutura orgânica da A.S.F.", incluindo alguns dos motivos que as justificam, da autoria do Tenente Coronel John D. Millett, da Secção de Gerência Administrativa da Divisão de Contrôle da A.S.F.; um ensaio sobre "Estatística como Instrumento de Administração", pelo Coronel John D. Witten, Chefe da Secção de Estatística e Progresso da Divisão de Contrôle da A.S.F.; um artigo sobre "Padronização de Métodos de Trabalho", pelo Coronel Oliver A. Gottschalk, Chefe da Secção de Métodos de Trabalho, da Divisão de Contrôle, da A.S.F.; e uma descrição das "Atividades de Contrôle do Corpo da Intendência", pelo Brigadeiro General H. A. Barnes, Chefe da Divisão de

(\*) *England in the Eighteen — Eighties: Towards a Social Basis for Freedom* — HELEN MERRELL LYND — Oxford University Press — Londres e Nova York — 1945 — 508 págs. — \$ 4.50.

Planejamento de Organização e Contrôlo, da Repartição da Intendência Geral. A Divisão de Contrôlo da A.S.F. executa as funções, para esse ramo do Ministério da Guerra, que seriam ordinariamente desempenhadas numa empresa particular por um técnico de eficiência e seus auxiliares. A rápida expansão do volume de emprêgo e das atividades desse órgão de abastecimento e serviços auxiliares do Ministério da Guerra tornou intoleráveis os regulamentos e a rotina do excessivo formalismo burocrático da época de paz. A Divisão de Contrôlo, assistida por outros órgãos de igual nível em cada um dos serviços e repartições da A.S.F., tem-se empenhado na monumental tarefa de moldar novos métodos os trabalho e de tentar aperfeiçoar a organização no sentido de realizar os seus deveres imediatos. Não surgiu daí nenhum novo princípio. O interesse principal desta série de artigos consiste em sua significação histórica, como um registo do progresso de se adaptar uma organização e rotina obsoletas às exigências da guerra total. Muita coisa se realizou; porém, mesmo em sua base atual, o programa do Ministério da Guerra ainda se encontra atrasado em relação às melhores práticas industriais e governamentais. Sem dúvida muito mais teria sido feito se a tarefa pudesse ter sido iniciada em nível mais avançado e se tivesse sido utilizado, desde o início, um número adequado de analistas suficientemente treinados em questões econômicas e governamentais, em todas as fases do programa.

**MAKING AND USING INDUSTRIAL SERVICE RATINGS** — GEORGE D. HALSEY —  
Harper and Brothers — Nova York — 1944  
— 148 págs. — \$ 2,50

(Comentário de D. J. BOLANOVICH, da Administração de Pessoal, da Radio Corporation of America, Camden, New Jersey)

GEORGE D. HALSEY, técnico de pessoal da *Farm Credit Administration* em Colúmbia, Carolina do Sul, faz uma exposição das práticas corrente dos planos de apuração de eficiência do empregado, do modo pelo qual são aplicados em fábricas, casas comerciais e escritórios. O livro é completo em seu tratamento do assunto.

Para os funcionários de pessoal, incumbidos da tarefa de organizar e administrar programas de apuração de eficiência, os capítulos VIII e IX serão de real valor. Nesses capítulos sobre implantação e administração dos programas de apuração da eficiência, muita ênfase é dada às conferências entre os supervisores, não só para o planejamento do programa, como também para sua execução. O princípio fundamental é o de que "quanto maior fôr a participação dos executores de qualquer plano na sua elaboração, tanto maiores serão as suas probabilidades de sucesso duradouro". Os três últimos capítulos incluem: X — *Asserções típicas de um Manual dos Empregados*; XI — *O uso da apuração de eficiência para fins de treinamento e para fins disciplinares*; e XII — *Casos problemáticos a serem solucionados pelo Supervisor*.

O autor é enfático ao defender o uso da apuração de eficiência no serviço. No segundo capítulo, êle enumera seis condições que julga necessárias para o bom êxito da apuração de eficiência no serviço. São as seguintes: 1) os diretores gerais devem estar ativamente interessados em seu uso; 2) os chefes imediatos devem compreender e aprovar o plano; 3) o boletim para apuração da eficiência deve ser habilmente organizado; 4) instruções claras, específicas e detalhadas devem ser postas em prática; 5) é essencial que haja um treinamento completo e contínuo para apuradores; 6) as apurações de eficiência devem ser feitas de modo hábil e simpático, não só para fins de treinamento, como para fins disciplinares.

Os argumentos são bem desenvolvidos e elucidados, através de todo o texto, por meio de exemplos de casos individuais. A apresentação dos boletins de apuração é habilmente utilizada para desenvolver sete padrões que, segundo o autor, são imprescindíveis para assegurar exatidão e uniformidade de apuração. Esses padrões são os seguintes: 1) as categorias qualitativas (itens) avaliadas devem ser escolhidas de modo que qualquer uma delas seja importante para o rendimento ótimo do trabalho; 2) as categorias qualitativas devem dividir o rendimento do trabalho em partes assaz distintas, a fim de facilitar a análise e determinar os motivos da insuficiência de rendimento, porém não em tantas que possam causar confusão; 3) a lista de categorias qualitativas deve dizer respeito não só à *atitude* do empregado, mas também à sua *aptidão e produção*; 4) a cada categoria qualitativa deve-se atribuir um *pêso*, de sorte que o gráu numérico total represente, aproximadamente, o mérito total do rendimento do trabalho; 5) as definições e instruções devem ser redigidas de tal forma que possam ser interpretadas igualmente por todas as pessoas que as lerem; 6) ao planejar a redação das definições e instruções deve-se meditar acerca do efeito provável sobre os sentimentos do empregado; 7) a organização do boletim deve incluir processos que atenuem ou impeçam o descuido, a falta de compreensão, e que aumentem a objetividade das apurações.

Que o autor tenha ou não razão em exigir fatores de ponderação para os itens qualitativos, como padrão fundamental para os boletins de avaliação de eficiência, é uma questão a ser discutida. Sem dúvida a parte mais fraca de seu livro é a dissertação sobre a ponderação dos itens. Recentes estudos estatísticos dos resultados da avaliação de eficiência, tais como as de EWART, SEASHORE, e TIFFIN ("A Factor Analysis of an Industrial Merit Rating Scale", *Journal of Applied Psychology*, 1941, vol. XXV, págs. 481-486) deixam lugar à dúvida no que diz respeito aos méritos dos pesos (fatores de ponderação) atribuídos a priori.

Os capítulos relativos à implantação e administração de planos de apuração de eficiência esboçam métodos para: estudo preliminar das necessidades especiais da organização; introdução do assunto aos supervisores; planejamento dos boletins de apuração de eficiência e dos métodos de sua utilização; informações aos empregados; fixação de responsabilidades; e como despachar os recursos dos empregados. Completando essa parte, um capítulo é dedicado à citação de trechos de um manual de serviço, relativos às apurações de eficiência, e dois capítu-

los finais apresentam ilustrações do uso da apuração de eficiência, sob o ponto de vista do contacto entre supervisores e empregados.

Este livro preenche os requisitos reais de uma apresentação concreta e completa de problemas e métodos concernentes à organização e utilização do sistema de avaliação da eficiência no serviço.

## PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

### Recebemos e agradecemos:

*Everybody's guide to Parliament* — by W. J. Brown M.P. — George Allen & Unwin Ltd. — London.

*Rebuilding britains — a twenty year plan* — by Sir Ernest Simon — Victor Gollancz Ltd. — London — 1945.

*A Plan of economic development for India* — (Parts one and two) — A Penguin special — New York.

*There's work for all* — Michael Yiung & Theore Prager — The New Democracy — Nicholson & Watson — London.

*Handicapped pupils and medical services regulations, 1945* — Ministry of Education — Circular 41 (18 th April, 1945) — London — 1945.

*Hostel for old people* — Friends Relief Service — The Friends Book Centre — London.

*The Nation's Schools — Their Plan and Purpose* — Ministry of Education — Pamphlet n. 1 — His Majesty's Stationery Office — London — 1945.

*Scientific Vocational Guidance and its value to the choice of employment work of a Local Education Authority* — Report of Research by E. Patricia Hunt and Percival Smith — City of Birmingham Education Committee — November — 1944.

*The Modern Approach to Criminal Law* — English Studies in Criminal Science — Edited for Department of Criminal Science, Faculty of Law, University of Cambridge — London — 1945.

*Stress Relief of Weldments for Machining Stability: Part II* — by J. R. Stitt — Ohio State University Studies — Engineering Series — Vol. XIV, N. 2 — September — 1945.

*Rasgando Horizontes* — A Secretaria da Agricultura de São Paulo no seu plano cinquentenário — por Carlos B. Schmidt e José Reis — São Paulo — 1943.

*Legislação do Trabalho* — Mensário nacional de legislação social, doutrina e jurisprudência — Órgão oficioso do Instituto de Direito Social — Ano IX — Vol. IX — N.º 99 — julho de 1945 e Ano IX — Vol. IX — N.º 100 — agosto de 1945 — São Paulo — 1945.

*Inapiários* — Órgão dos funcionários do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários — N.º 90 — outubro de 1945 — Rio — 1945.

*Brasil-Médico* — Revista semanal de medicina e cirurgia — Ano LIX — Ns. 42 e 43 — outubro de 1945 — Rio de Janeiro.

*Current List of Medical Literature* — Vol. 9 — N.º 11 e 12 — September, 1945, e Vol. 9 — Ns. 14 e 15 — October, 1945 — The Army Medical Library — Washington, D.C.

*Boletim da Associação Comercial de São Paulo* — Órgão de informações econômicas e financeiras — Ano II — N.º 116 — novembro de 1945 — São Paulo.

*D.S.P.* — Suplemento de "Administração Pública" do Departamento do Serviço Público do Estado de São Paulo — Ano II — Ns. 24, 25, 26, 27 e 28 — São Paulo — 1945.

*Membership Listing* — American Society for Public Administration — Chicago — 1945.

*Industrial Standardization* — Published Monthly by American Standard Association — New York.

*Labor Conditions in Latin America* — Latin American Series N. 21 — From the Monthly Labor Review of January and April 1945.

*Boletín* — The Municipal Digest of the Americas — Publicacion Mensual de la Comission Panamericana de Cooperacion Intermunicipal — Ano VI — N. 9 — Septiembre 1945 — La Habana, Cuba.

9.45

# REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO

## VOLUMES EDITADOS

ANO I	
VOLUME I	
N. 1 — novembro (esgotado).....	1937
N. 2 — janeiro (esgotado).....	1938
N. 3 — fevereiro (esgotado).....	1938
N. 4 — março.....	1938
VOLUME II	
N. 1 — abril (esgotado).....	1938
N. 2 — maio.....	1938
N. 3 — junho.....	1938
VOLUME III	
N. 1 — julho.....	1938
N. 2 — agosto.....	1938
N. 3 — setembro.....	1938
VOLUME IV	
N. 1 — outubro.....	1938
N. 2 — novembro.....	1938
N. 3 — dezembro (esgotado).....	1938
ANO II	
VOLUME I	
N. 1 — janeiro.....	1939
Ns. 2 e 3 — fevereiro e março.....	1939
VOLUME II	
Ns. 1 e 2 — abril e maio.....	1939
N. 3 — junho.....	1939
VOLUME III	
Ns. 1 e 2 — julho e agosto.....	1939
N. 3 — setembro.....	1939
VOLUME IV	
Ns. 1 e 2 — outubro e novembro.....	1939
N. 3 — dezembro (esgotado).....	1939
ANO III	
VOLUME I	
N. 1 — janeiro (esgotado).....	1940
N. 2 — fevereiro (esgotado).....	1940
N. 3 — março (esgotado).....	1940
VOLUME II	
N. 1 — abril (esgotado).....	1940
N. 2 — maio (esgotado).....	1940
N. 3 — junho (esgotado).....	1940

VOLUME III	
N. 1 — julho (esgotado).....	1940
N. 2 — agosto (esgotado).....	1940
N. 3 — setembro.....	1940
VOLUME IV	
N. 1 — outubro (esgotado).....	1940
N. 2 — novembro (esgotado).....	1940
N. 3 — dezembro.....	1940
ANO IV	
VOLUME I	
N. 1 — janeiro (esgotado).....	1941
N. 2 — fevereiro (esgotado).....	1941
N. 3 — março.....	1941
VOLUME II	
N. 1 — abril (esgotado).....	1941
N. 2 — maio (esgotado).....	1941
N. 3 — junho (esgotado).....	1941
VOLUME III	
N. 1 — julho (esgotado).....	1941
N. 2 — agosto (esgotado).....	1941
N. 3 — setembro (esgotado).....	1941
VOLUME IV	
N. 1 — outubro (esgotado).....	1941
N. 2 — novembro (esgotado).....	1941
N. 3 — dezembro.....	1941
ANO V	
VOLUME I	
N. 1 — janeiro (esgotado).....	1942
N. 2 — fevereiro (esgotado).....	1942
N. 3 — março (esgotado).....	1942
VOLUME II	
N. 1 — abril (esgotado).....	1942
N. 2 — maio (esgotado).....	1942
N. 3 — junho (esgotado).....	1942
VOLUME III	
N. 1 — julho (esgotado).....	1942
N. 2 — agosto.....	1942
N. 3 — setembro (esgotado).....	1942
VOLUME IV	
N. 1 — outubro (esgotado).....	1942
N. 2 — novembro.....	1942
N. 3 — dezembro.....	1942

ANO VI	
VOLUME I	
N. 1 — janeiro.....	1943
N. 2 — fevereiro.....	1943
N. 3 — março.....	1943
VOLUME II	
N. 1 — abril.....	1943
N. 2 — maio.....	1943
N. 3 — junho.....	1943
VOLUME III	
N. 1 — julho.....	1943
N. 2 — agosto.....	1943
N. 3 — setembro.....	1943
VOLUME IV	
N. 1 — outubro (esgotado).....	1943
N. 2 — novembro (esgotado).....	1943
N. 3 — dezembro (esgotado).....	1943
ANO VII	
VOLUME I	
N. 1 — janeiro (esgotado).....	1944
N. 2 — fevereiro (esgotado).....	1944
N. 3 — março (esgotado).....	1944
VOLUME II	
N. 1 — abril.....	1944
N. 2 — maio.....	1944
N. 3 — junho.....	1944
VOLUME III	
N. 1 — julho (esgotado).....	1944
N. 2 — agosto.....	1944
N. 3 — setembro.....	1944
VOLUME IV	
N. 1 — outubro.....	1944
N. 2 — novembro.....	1944
N. 3 — dezembro.....	1944
ANO VIII	
VOLUME I	
N. 1 — janeiro.....	1945
N. 2 — fevereiro.....	1945
N. 3 — março.....	1945
VOLUME II	
N. 1 — abril.....	1945
N. 2 — maio.....	1945
N. 3 — junho.....	1945
VOLUME III	
N. 1 — julho.....	1945
N. 2 — agosto.....	1945
N. 3 — setembro.....	1945
VOLUME IV	
N. 1 — outubro.....	1945
N. 2 — novembro.....	1945
N. 3 — dezembro.....	1945

# Govêrno da União, dos Estados e dos Territórios Federais

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Ministro JOSÉ LINHARES

## MINISTROS DE ESTADO

*Aeronáutica*: Major Brigadeiro do Ar ARMANDO F. TROMPOWSKY DE ALMEIDA.

*Agricultura*: Dr. THEODURETO LEITE DE ALMEIDA CAMARGO.

*Educação e Saúde*: Dr. RAUL LEITÃO DA CUNHA.

*Fazenda*: Engenheiro JOSÉ PIRES DO RIO.

*Guerra*: General PEDRO AURÉLIO DE GÓES MONTEIRO.

*Justiça e Negócios Interiores*: Professor A. DE SAMPAIO DÓRIA.

*Marinha*: Vice-Almirante JORGE DODSWORTH MARTINS.

*Relações Exteriores*: Embaixador PEDRO LEÃO VELOSO.

*Trabalho, Indústria e Comércio*: Major ROBERTO CARNEIRO DE MENEZES.

*Vias e Obras Públicas*: Engenheiro MAURÍCIO JOPPERT DA SILVA.

## INTERVENTORES FEDERAIS NOS ESTADOS

*Alagoas*: Senhor EDGARD GÓES MONTEIRO.

*Arlândia*: Desembargador EMILIANO ESTANISLAU AFONSO.

*Bahia*: Ministro JOÃO VICENTE BULCÃO VIANA.

*Ceará*: Dr. BENEDITO AUGUSTO CARVALHO DOS SANTOS.

*Espírito Santo*: Desembargador OTÁVIO DE CARVALHO LEMGRUBER.

*Goiás*: Desembargador HELÁDIO AMORIM.

*Maranhão*: Desembargador ELEAZAR SOARES CAMPOS.

*Mato Grosso*: Desembargador OLEGÁRIO MOREIRA DE BARROS.

*Minas Gerais*: Desembargador NÍZIO COSTA DE OLIVEIRA.

*Pará*: Desembargador MANUEL MARQUES NETO.

*Paraíba*: Desembargador SEVERINO MOREIRA NEGRETO.

*Paraná*: Desembargador CLOTÁRIO DE MACEDO PORTUGAL.

*Pernambuco*: Desembargador JOSÉ DE SAUS FILHO.

*Piauí*: Coronel ANTÔNIO LEÔNIO FERREIRA FERREZ.

*Rio de Janeiro*: Desembargador ABEL MAGALHÃES.

*Rio Grande do Norte*: Desembargador MIGUEL SEABRA FAGUNDES.

*Rio Grande do Sul*: Desembargador SAMUEL FIGEIREDO DA SILVA.

*São Paulo*: Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES.

*Santa Catarina*: Dr. LUIZ GALLOTTI.

*Sergipe*: Desembargador HUNALD SANTA FLOR CARDOSO.

## GOVERNADORES DOS TERRITÓRIOS FEDERAIS

*Território do Acre*: Coronel LUIZ SILVESTRE GOMES COELHO.

*Território de Amapá*: Capitão JANARI GENTIL NUNES.

*Território de Fernando Noronha*: Major MÁRIO FERNANDES IMBIRIBA.

*Território de Guaporé*: Major ALUÍZIO PINHEIRO FERREIRA.

*Território de Iguaçu*: Major JOÃO GARCEZ DO NASCIMENTO.

*Território de Ponta Porã*: Major JOSÉ GUIOMAR DOS SANTOS.

*Território de Rio Branco*: Capitão ENE GARCEZ DOS REIS.